

A definição da Paisagem no Brasil

“Novo não só porque ignorado até então das gentes da Europa e ausente da geografia de Ptolomeu; fora novamente encontrado, mas porque parecia o mundo renovar-se ali e regenerar-se vestido de verde imutável, banhado numa perene primavera, alheio à variedade e aos rigores das estações, como se tivesse verdadeiramente restituído à glória dos dias da criação.”³⁵

No Brasil, as intervenções na paisagem natural começaram com a chegada dos portugueses, e continuaram com os ciclos destrutivos da cana e do café pelos 350 anos seguintes. Por outro lado, com as grandes navegações nos séculos XV e XVI, as fronteiras do mundo Europeu foram expandidas, dilatando o círculo de questões e incertezas que faziam parte da cultura européia. A América passou a participar da constituição do imaginário mítico europeu sobre seu território, surgindo num primeiro momento como a encarnação do Paraíso Perdido, mas à medida que a colonização se processava, aparecia sob a imagem de *“um magma pulsante de vermes, insetos, répteis e miasmas, que da floresta úmida e cerrada, quase impenetrável, ameaçam o homem em sua ocupação do território”*³⁶.

A vegetação era combatida como lugar de risco, pois nela poderiam se esconder feras hostis. Clareiras eram abertas entorno dos povoados e as queimadas³⁷ precediam o cultivo, demonstrando uma desconsideração pela nossa paisagem natural. No Rio de Janeiro, as florestas foram sendo derrubadas para a expansão das cidades e liberando área para a produção de café.

Sérgio Buarque de Holanda em *“Raízes do Brasil”* - publicado em 1936 - aponta

35 HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, 1959. p. 232

36 Ver CZAJKOWSKI, Jorge. “A arquitetura racionalista e a tradição brasileira”. In: *Revista Gávea*, n. 10. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de História, março de 1993, p. 27

37 Prática primitiva da agricultura - legado indígena - destinada à limpeza do terreno para o cultivo de plantações ou formação de pastos, com uso do fogo.

para a preferência da colonização portuguesa no litoral, o que por um lado facilitava as trocas comerciais e possibilitava maior proteção aos portos, mas em contrapartida dificultava o conhecimento do território. Assim, o país começa sua formação ao longo de uma rala orla costeira, imprensada entre a floresta e o mar, dando as costas ao continente, e protegendo-se da selva.

Temerosos em despovoar a marinha, os colonizadores criavam todas as dificuldades em avançar para o interior, mostrando um desinteresse em “*vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste*”³⁸ A visão do mundo dos colonizadores portugueses ficou impressa nas cidades. A população se concentrava nas ruas estreitas perto do porto e nos morros do centro, avenidas eram inexistentes e espaços públicos muito raros. A paisagem era magnífica, mas a articulação entre os espaços construídos e a natureza não existia. Aqui também não foram realizadas grandes obras, nem grandes ordenações espaciais através do traçado de um plano. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, havia aversão a qualquer ordenação e faltou a vontade criadora do colonizador, que foi vencido pelo empirismo: “*A fantasia com que em nossas cidades, comparadas às da América Espanhola, se dispunham muitas vezes as ruas ou habitações é, sem dúvida um reflexo de tais circunstâncias. (...) as casas se achavam dispostas segundo o capricho dos moradores. Tudo era irregular, de modo que a praça principal (...) parecia estar só por acaso no seu lugar*”³⁹

Ainda enfatiza: “*A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra 'desleixo'*”⁴⁰

Não nega, no entanto, que havia uma certa ordem implícita:

38 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 96

39 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 109

40 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 110

“A ordem que aceita não é a que compõem os homens com trabalho, mas a que fazem com desleixo e certa liberdade; a ordem do semeador e não do ladrilhador. É também a ordem em que estão postas as coisas divinas e naturais, pois que, já o dizia Antonio Vieira, se as estrelas estão em ordem, 'he ordem que faz influencia, não he ordem que faça labor. Não fez Deus o céu em xadrez de estrelas'”⁴¹

Como bem coloca Claude Lévi-Strauss (1908-2000) em *“Tristes Trópicos”*, publicado em 1955, as características da paisagem brasileira se diferem fortemente da européia⁴², apresentando, por trás desta desordem, uma ordem interna diferente, exótica, extremamente presente e impregnante. Essa paisagem é também ambígua: por um lado, apresenta claramente um lado generoso e radiante, marcado pela vastidão do território, e ao mesmo tempo traz à tona estranhamentos, desconfortos e hostilidades. Na natureza européia, dominada e submissa, a vegetação singela parece ser o complemento ideal e indispensável ao ambiente humano. Nossa natureza, ao contrário, é exuberante, indômita, sempre importunando, cresce desmedida e descontrolada, sem respeitar os limites e esforços do homem.

Mesmo assim, essa conjunção de signos confusos⁴³ e mistérios aparentes - iluminada pelo fato de ter sido possível encontrar outra humanidade do outro lado do globo - assume o caráter de um retorno ao *Éden*, ao “paraíso terreal”⁴⁴, uma Arcádia de selvagens livres integrados à natureza. A exploração do novo mundo, com a descoberta de uma quantidade fantástica de espécies até então

41 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 116

42 *“Aquele (europeia) é mais sombria, suas tonalidades de verde evocam o mineral mais do que o vegetal, e no primeiro reino, a jade e a turmalina. Em compensação, os troncos brancos acinzentados silhuetam-se como ossadas no fundo escuro da folhagem. (...) Plantas mais copiosas que as da Europa erguem caules e folhas que parecem cortadas em metal, tanto o seu porte é firme e tanto a sua forma plena parece ao abrigo das provas do tempo.”* Ver LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Lisboa. Edições 70, 1955. p. 92

43 Segundo Levi-Straus, Pierre Martyr recolhe a descrição de *“animais monstruosos, serpentes semelhantes a crocodilos, animais com corpo de boi armado de tromba como um elefante, peixes de quatro patas e com cabeça de boi (...)”* Ver LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Lisboa. Edições 70, 1955. p. 74

44 Ver HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, 1959.

desconhecidas⁴⁵, determinava uma nova e rica topografia do paraíso.

No entanto, a vastidão e a exuberância do novo continente se revelariam como um fator intimidador e ameaçador da iniciativa do homem sobre o meio natural. O homem se colocava perante esta natureza determinante evitando o embate direto com ela, numa posição de defesa. Este fato é marcado pela maneira como a arquitetura – mediadora entre homem e natureza – se coloca como refúgio, recolhimento e proteção, se opondo ao exterior.⁴⁶

Com base nestas considerações, pode-se dizer que o território brasileiro acomodou peculiares experimentações com relação ao confronto entre civilização e meio ambiente. A topografia natural do Rio de Janeiro era marcada por elevações e baixadas formadas por amplas regiões alagadiças com pântanos, lagoas e ilhas. Desta forma, para haver uma maior expansão das áreas colonizadas, era necessário um afrontamento desta natureza peculiar com aterros de charcos e desmontes de morros, modificando inteiramente o recorte do nosso litoral. Construir para a criação de novos espaços na cidade passava a significar dominar e ordenar a superfície desordenada da natureza, num gesto de posse e de conquista.

No local onde hoje se encontra o Passeio Público do Rio de Janeiro existiu, até o final do século XVIII, uma lagoa chamada de Boqueirão d'Ajuda. O então Vice Rei D. Luís de Vasconcelos resolveu aterrar o charco com material proveniente do desmonte do Morro das Mangueiras, desobstruindo assim a ligação da cidade com a zona sul. O aterramento recuperou uma área de 20 hectares, provocando o povoamento daquela região e a abertura de novas ruas. Para o colonizador europeu, o tratamento e aproveitamento de áreas alagadas recuperadas para jardins ou agricultura significava o domínio claro e sistematizado da ciência e da técnica no terreno recém-descoberto,⁴⁷ fazendo vir à tona a presença e ordem

45 Inclusive, o nome da madeira pau-brasil, extremamente lucrativa para os colonizadores, deu nome à terra recém conquistada.

46 Sobre este assunto, ver CZAJKOWSKI, Jorge. “A arquitetura racionalista e a tradição brasileira”. In: *Revista Gávea*, n. 10. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de História, março de 1993, p. 27-30

47 Esta postura era recorrente na Europa. O próprio Jardim de Versailles foi implantado em terreno pantanoso em 1662. Ver SEGAWA, Hugo; DOURADO, Guilherme Mazza. “*De Mestre Valentim*

humanas contra o anárquico entorno.

A manipulação do perfil natural do Rio de Janeiro se tornou uma constante e continuou a redesenhar e redefinir a paisagem. Já no século XX, por exemplo, os morros do Castelo e de Santo Antônio foram arrasados, abrindo esplanadas logo ocupadas por edifícios. O material resultante do desmonte serviu para criar os aterros do Calabouço, onde está hoje o aeroporto Santos Dumont, e o aterro do Parque do Flamengo.

*“A área do aterro pede um especial cuidado no sentido de se conservar sua paisagem e sua brisa marítima, e de se transformar um simples corredor para automóveis numa imensa área arborizada, que será dentro em breve um marco da cidade, tão famoso quanto o Pão de Açúcar e as calçadas de Copacabana.”*⁴⁸



Imagem 11: Mapa do centro do Rio de Janeiro (atual). Em amarelo as áreas que sofreram desmontes e aterros até os dias atuais. Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/EOURbana/>

a Roberto Burle Marx: *los jardines historicos brasileiros*” Seminário Internacional Los Jardines Historicos: Aproximacion Multidisciplinaria. Comitê Científico Internacional de Jardines Historicos de ICOMOS, Argentina 2001.

http://www.international.icomos.org/publications/jardines_historicos_buenos_aires_2001/conferencia7.pdf

48 OLIVEIRA, Carmen L. *Flores raras e banalíssimas. A história de Lota Macedo Soares e Elizabeth Bishop*. São Paulo: Rocco, 1995. p.80

Pode-se dizer que as experimentações para ocupação do território passam por um período de luta contra a natureza, buscando sua domesticação e estabelecimento de certa distância dos perigos que ela oferecia e também por um momento em que se cria um olhar científico que possibilita a busca de maneiras de se aproximar e de se familiarizar com esta mesma natureza.

A própria observação científica dos séculos XVI e XVII contribuiu para um certo desvendamento de um “território enigmático”. Os holandeses durante sua permanência no nordeste do Brasil entre 1624 e 1654, se empenharam em reconhecer a nova terra de forma sistemática, realizando importante documentação sobre o Brasil desta época. Esta foi realizada pela elite dos homens trazidos por Maurício de Nassau (1604-1679) e as pinturas de Franz Post (1612-1680), Albert Eckhout (1610-1665) e Zacharias Wagener (1614-1688) foram os mais importantes registros sobre o Brasil até a vinda das expedições científicas ao Brasil em 1808.

*“O olhar do europeu sobre a natureza, apesar de procurar o novo – plantas ou animais desconhecidos – realiza-se enquanto unidade discursiva, estruturando velhas significações. As referências européias constituem-se no centro organizador da descrição que ordena as espécies. Assim, o imaginário europeu permite à natureza americana ser reconhecida e hierarquizada segundo padrões estabelecidos pela metrópole.”*⁴⁹

Desde o descobrimento até o estabelecimento do Império, é a paisagem natural que predomina, com a vegetação autóctone deixada casualmente em situações urbanas periféricas ou no interior das propriedades particulares.⁵⁰ Destacavam-se apenas algumas paisagens organizadas, como o trabalho de urbanização realizado em Recife e Olinda pelos holandeses na primeira metade do século XVII por

49 SILVA, Janice T. da. *O paraíso perdido: deescritção e negação da terra descoberta*. Revista USP, São Paulo. Dez./jan/fev 1991-92. Citado por SEGAWA p. 52

50 A impressão de uniformidade de aspecto nas ruas, concentração e ausência de espaço verde era marcante, uma vez que os principais tipos de habitação eram sobrado e casa térrea, dificultando a existência de jardins domésticos. Na segunda metade do século XIX surgiram casas urbanas com afastamentos laterais possibilitando a introdução de um jardim e maior iluminação e arejamento nas construções tradicionais. E somente na primeira metade do século XX a casa recebe um jardim frontal. Ver REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 11ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 44

iniciativa de Nassau, e também os jardins do fim do século XVIII⁵¹. As iniciativas metropolitanas de organizar jardins botânicos e passeios públicos em algumas das principais cidades brasileiras contemplavam o interesse pelo conhecimento da flora americana⁵² aliado à intenção de transferir para os trópicos a arte dos jardins praticados nas cortes europeias. Estes buscavam reunir a diversidade do mundo natural em um único lugar, através de um desejo de recriação da totalidade botânica – tentativa de encerrar o mundo num jardim. Hugo Segawa em “*Ao Amor do Público – Jardins do Brasil*” expõe algumas destas iniciativas de proliferação de áreas ajardinadas públicas como a criação de espaços como o Passeio Público do Rio de Janeiro (1783), o Jardim Botânico de Belém (1798), o Jardim das Caneleiras ou Passeio Público de Belém (1809), o Passeio Público de Salvador (1815) e o Jardim Botânico de Pernambuco (1811).

A criação do Passeio Público do Rio de Janeiro - desenho original do Mestre Valentim da Fonseca e Silva (1745-1813) - construído entre 1779 e 1783, reformado em 1861 por Glaziou - foi o primeiro jardim público do país e explicita um desejo intelectual de implantação de ordem e perfeição. Esta atitude civilizatória na planificação de um espaço público que contém a natureza controlada e ordenada a partir da racionalidade do homem, do ponto de vista cultural, reflete a importação de modelos em voga no exterior. Além disso, havia a busca do desvendamento da misteriosa e exuberante natureza tropical e de suas potencialidades econômicas, evitando a imensidão inexplorada e temível do meio em seu estado selvagem. Trata-se de passar do desmedido e desconhecido da natureza bruta tropical para o medido e normatizado da natureza civilizada, que utilizava como linguagem a regularidade das formas geométricas básicas. Dessa maneira, a implantação de uma “norma” apresenta-se como meio de conciliação entre o homem e seu espaço físico, mostrando a possibilidade de conquista da natureza pelo homem – postura equivalente às conquistas portuguesas de terras e povos fora da Europa.

Por outro lado, deve-se reforçar que o Passeio Público, foi um monumento à

51 Ver MARX, Burle. “Paisagem Botânica e Ecologia” In LEENHARDT, Jacques (org.) *Nos jardins de Burle Marx*. Editora Perspectiva. São Paulo, 1996. p. 63

52 As descobertas dos trópicos eram levadas para os Jardins Botânicos de Pádua, Paris, Oxford, com o intuito de organizar uma enciclopédia viva da criação.

vegetação e à natureza, ostentando uma intenção estética, e através disto, dignificando o homem. Neste projeto, a contemplação da paisagem é um valor agregado à cultura ocidental dos séculos XVII e XVIII, que gera transformações na maneira de ver a natureza e a própria paisagem. Tratava-se da inauguração da visualidade da natureza racionalizada, segundo uma imperiosa definição cartesiana, através de um raciocínio funcional e geométrico, agregando civilidade, tranquilidade e harmonia. Era a triunfante proclamação mecânica sobre a natureza: *“a mesma matemática necessária à perfeição da artilharia e das fortificações aplicava-se à construção exata de um espaço dentro de um jardim.”*⁵³

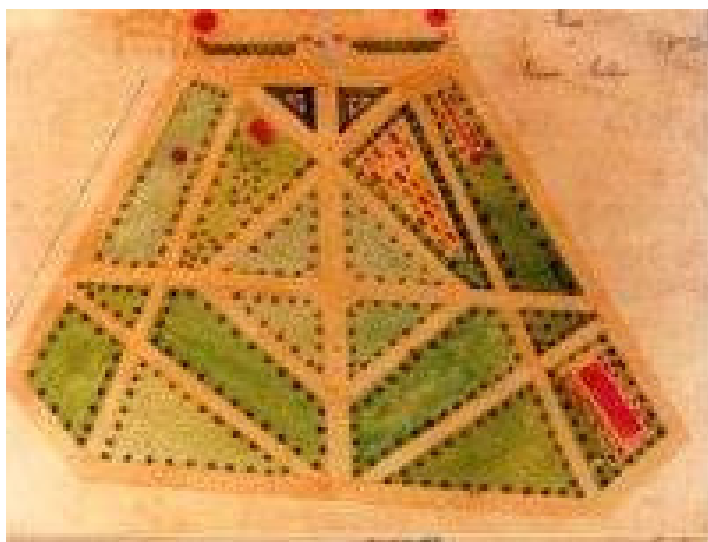


Imagem 12: Traçado original do Passeio Público do Mestre Valentim (1779) Fonte: <http://www.passeiopublico.com>

Assim, conviviam simultaneamente a natureza harmonicamente controlada, humanizada e idealizada do traçado do Mestre Valentim com a natureza deslumbrante e misteriosa, a vista do mar da Baía de Guanabara. Mestre Valentim buscou conjugar estes opostos criando um *belvedere*, de onde a vegetação e o panorama podiam ser contemplados e deslumbravam os visitantes. No Passeio Público foram plantadas espécies vegetais diversas como mangueiras, oitizeiros, palmeiras e amendoeiras. Para José Marianno Filho, o Passeio foi *“um campo de*

⁵³ Citação de Simon Schama, sobre os jardins de Vaux-le-Vicomte. Ver: SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 341

aclimação de espécies vegetais exóticas. A flora do Brasil era pouco conhecida e os Vice-Reis queriam introduzir aqui especiarias asiáticas.”⁵⁴

No início do século XIX, com a chegada da Família Real e da Missão Francesa, as práticas culturais brasileiras sofreram reformas baseadas nos modelos de civilização europeia, que se estenderam até a reformulação dos espaços públicos. Os naturalistas e cientistas viajantes – o botânico Carl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868), zoólogo Johann Baptist Spix (1781-1826), geólogo Alexander Von Humboldt (1769-1859), botânico Augustin François Saint-Hilaire (1779-1853), médico e botânico George Gardner (1812-1849) e outros - fizeram com que se modificassem as condições da construção da paisagem. Foram criadas coleções botânicas, zoológicas e mineralógicas – que foram transferidas para o exterior do país - objetivando a produção científica de um vasto conhecimento sobre a natureza brasileira.

“Para conhecer toda a beleza das florestas tropicais é necessário penetrar nesses retiros tão antigos como o mundo. Lá, nada faz lembrar a fatigante monotonia dos nossos bosques de carvalhos e pinheiros; cada árvore ostenta, por assim dizer, um porte que lhe é próprio, cada qual tem sua folhagem, que frequentemente difere do matiz das suas árvores vizinhas. Vegetais gigantesco, que pertencem às famílias mais afastadas, misturam seus ramos e confundem suas folhas.”⁵⁵

Guilherme Mazza Dourado ressalta a importância do naturalista alemão Ludwig Riedel (1790-1861), que chegou ao país em 1820 vindo de São Petersburgo para a investigação do potencial de algumas espécies nacionais para o uso ornamental e foi responsável pela coleta e organização de um herbário que aglomerou 100 mil espécies⁵⁶. Em 1840 assume a direção do Passeio Público do Rio de Janeiro e seria assim um dos pioneiros na introdução da flora nativa nos espaços públicos do Rio de Janeiro.

54 Ver MARIANNO FILHO, José . *O Passeio Público do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1943.

55 Auguste Saint-Hilaire, 1822. Citado no Catálogo da Exposição *Glaziov e os jardins sinuosos*, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2009. Através de suas descrições, o botânico contribuiu para forjar na França um imaginário brasileiro.

56 Ver DOURADO, Guilherme Mazza. *Modernidade Verde: Jardins de Burle Marx*. Senac, SP. 2009. p. 35

Também durante o Império (1822 a 1889), impulsionadas pela proclamação da República, pela abertura dos portos, pelo desenvolvimento das explorações agrícolas de café, cacau, algodão, e outros produtos e pelo fim da escravidão, as modificações nos espaços particulares e públicos continuaram a ser realizadas. A segunda metade do século caracteriza-se por intervenções de estilo acadêmico europeu, realizando uma aproximação com os “centros civilizados”. Desenvolve-se o conceito de ajardinamento de ruas, parques e vazios públicos, visando não apenas questões de salubridade urbana, mas proporcionando também um suposto caráter cívico e cultural.

Nascia uma burguesia urbana contagiada por valores românticos que buscavam a convivência com a natureza, através das chácaras - que se situavam na periferia dos centros urbanos -, num tratamento formal propenso ao pitoresco, estipulando nova relação entre arquitetura e jardim. Estas eram compostas ainda por pomar para cultivo de frutas importadas (limoeiro, mangueira, abacateiro, sapotizeiro), terreiros para aves e prados para animais domésticos. Segundo Paulo Santos, *“nenhum outro tipo de edificação exprimiui com tanta autenticidade a vida íntima da gente carioca e o caráter regional da sua arquitetura como a ‘casa de chácara’, referida por alguns viajantes como ‘casa de campo’”*⁵⁷. Cita ainda *“a tranqüilidade e a paz penetram o visitante no ambiente destas chácaras, em que os verdes de todas as gamas, pintalgados de brancos, amarelos, roxos, vermelhos e azuis, são um recreio para os olhos, e o chilrear dos pássaros, em embalo para o ouvido (...)”*⁵⁸. As alterações dos hábitos urbanos de morar das classes alta e média possibilitaram a utilização de plantas ornamentais, desenvolvendo um gosto pela jardinagem, relacionado ao cultivo de flores, privilegiando sempre, no entanto, espécies importadas. *“Jardim de sombra, de palmeirinhas e grama barba de urso, (...) jardim distante das folhas gordas, da volúpia da natureza primitiva e natural da terra.”*⁵⁹ O exotismo nativista era impopular entre as elites por não refletir uma suposta civilização européia.⁶⁰

57 SANTOS, Paulo F. *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB. 1981. p. 35

58 SANTOS, Paulo F. *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB. 1981. p. 35

59 Ver CZAJKOWSKI, Jorge. “A arquitetura racionalista e a tradição brasileira”. In: *Revista Gávea*, n. 10. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de História, março de 1993, p. 31

60 É curioso frisar que ao mesmo tempo em que no Brasil se procurava utilizar a vegetação

Assim, o elemento paisagístico assume um significado simbólico da corrente neoclássica como, por exemplo, a utilização da palmeira-real, originária das Antilhas que, por sua elegância e monumentalidade, foi associada a colunas clássicas. No plano simbólico, a palmeira instaura uma aura de nobreza e superioridade, evocando uma estrutura ascensional. A associação da imagem dessa palmeira assim como seu nome (palmeira-real), vem do seu plantio no Jardim Botânico do Rio de Janeiro por D. João VI, em 1809, e a partir daí seu uso é expandido por todo o território, estruturando paisagens rurais e urbanas. Seria a figura do Rei associada aos valores de nobreza do mundo civilizado no imaginário da população. Este elemento botânico é re-apropriado por Burle Marx mas no entanto, destituído de todo aspecto simbólico: é explorado seu aspecto construtivo na paisagem, sendo aplicado como elemento plástico abstrato que confere à composição verticalidade, como pode ser visto nos projetos para o Ministério de Educação e Saúde e para o Museu de Arte Moderna. É importante salientar que estes elementos já haviam sido esboçados por Le Corbusier em seu croquis para o Ministério.

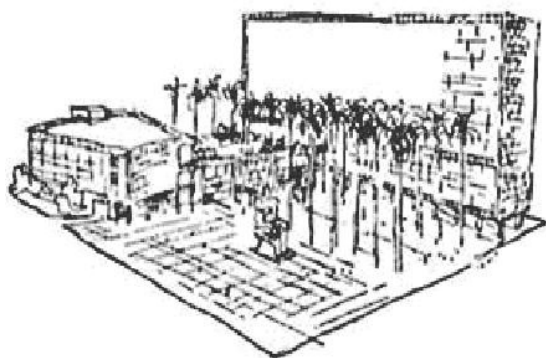


Imagem 13: Croqui de Le Corbusier, 1936, para o Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro

européia como rosas, avencas, cravos, crisântemos, dalias ou coníferas, na Europa aclimatavam-se plantas tropicais em estufas, como por exemplo, a vitória-régia aclimatada por Paxton no Palácio de Cristal, no Hyde Park no século XIX.